

*Será isto uma utopia? Talvez seja  
um programa: trabalho, sujeito social  
e utopia no pensamento político de  
André Gorz*

---

José Nuno Matos

*Práticas da História*, n.º 18 (2024): 135-170

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020, UIDP/04666/2020, UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 and LA/P/0132/2020.

**José Nuno Matos**

***Será isto uma utopia? Talvez seja um programa: trabalho, sujeito social e utopia no pensamento político de André Gorz***

---

Ao longo das últimas décadas, a relação dicotómica entre as ideias de *reforma e revolução* sofreu um crescente desequilíbrio, tornando-se a última num termo quase anacrónico e, quando muito, utópico. André Gorz foi um dos teóricos que mais se notabilizaram pela resistência intelectual e política a esta tendência, problematizando estes conceitos sem, contudo, deixar de assumir uma via de saída do capitalismo. A partir da obra publicada desde meados da década de 1960 até à sua morte, em 2007, o objetivo desta investigação reside na análise dos programas políticos delineados com vista ao cumprimento desse fim. O artigo visa compreender as respetivas condições objetivas e subjetivas dessas estratégias, nomeadamente as relações de trabalho; o conjunto das medidas contempladas; e o sujeito social constituinte de e constituído por tais mudanças.

Palavras-chave: Gorz; reforma-revolucionária; trabalho; rendimento básico incondicional.

---

***Is This a Utopia? Maybe It Is a Programme: Work, Social Subject and Utopia in André Gorz's Political Thought***

Over the last few decades, the dichotomous relationship between the ideas of reform and revolution has become increasingly unbalanced, with the latter becoming an almost anachronistic and, at best, utopian term. André Gorz was one of the theorists who stood out most for his intellectual and political resistance to this trend, problematizing these concepts without, however, abandoning a way out of capitalism. Based on his work published from the mid-1960s until his death in 2007, the aim of this research is to analyse the political programs designed to achieve this end. The article aims to understand the objective and subjective conditions of these strategies, namely labour relations; the set of measures contemplated; and the social subject constituent of and constituted by such changes. Keywords: Gorz; revolutionary reform; work; universal basic income.


*Será isto uma utopia? Talvez seja um programa: trabalho, sujeito social e utopia no pensamento político*  
de André Gorz

José Nuno Matos\*

### Introdução

A passagem de século verificada há duas décadas é, frequentemente, identificada como um marco de mudança a diversos níveis, do económico ao cultural, passando pelo político. Neste último âmbito, segundo a hipótese avançada por Enzo Traverso, surgiu “uma necessidade aguda de repensar a história, de reanimar o passado, enterrando as utopias que o haviam estruturado e enchido de esperanças e paixões”<sup>1</sup>. A máxima, tornada senso comum, de que não restam alternativas senão o presente estado de coisas conduziu, no entender do historiador italiano, a uma *viragem melancólica* no campo da esquerda política, no qual a esperança no futuro deu lugar à memória do passado e a produção de acontecimentos foi substituída pela organização de comemorações.

O pensamento político desenvolvido por André Gorz constitui, deste ponto de vista, uma exceção a esta regra. Pseudónimo de Gerard Horst, o autor foi responsável por uma vasta e diversa produção teórica, atravessada por diversas abordagens e géneros discursivos, as-

\* José Nuno Matos (josematos@fcsh.unl.pt).  <https://orcid.org/0000-0001-8772-6223>. Investigador auxiliar do ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal. Artigo original: 14-11-2023; artigo revisto: 15-3-2024; aceite para publicação: 20-5-2024. Financiado por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Projeto ref<sup>2</sup>: UIBD/05021/2020.

1 Enzo Traverso, “A viragem melancólica: memória e utopia do século XXI”, *Electra* 8 (2019): 68.

sinando igualmente como Michel Bosquet. No seu conjunto, é possível identificar, pelo menos, três elementos em comum na sua obra: a crítica à alienação do trabalho, a dicotomia entre autonomia e heteronomia e, por fim, a utopia como narrativa. É esta última dimensão que serve de mote a esta pesquisa, considerando-se o trabalho publicado desde meados da década de 1960, isto é, a partir da sua formulação do conceito de *reformas-revolucionárias*. A estratégia socialista, a seu ver, deveria ter como base a conceção e concretização de reformas de estrutura, definidas “não em função do que é possível no quadro de um sistema e de uma gestão determinados, mas do *que deve tornar-se possível* em função das necessidades e exigências humanas”<sup>2</sup>.

O objetivo deste artigo reside na análise tanto dessa estratégia como de outras vias de saída do capitalismo delineadas por Gorz ao longo das restantes fases do seu percurso intelectual e político: a da *viragem ecológica*, caracterizada pela crítica ao produtivismo e ao trabalho, consubstanciada pela sua subordinação a uma *esfera de autonomia*; e a dedicada à investigação em torno das mudanças impostas por um *capitalismo cognitivo*, e que inclui a defesa da proposta de um rendimento básico incondicional.

A investigação visa compreender, em particular, as condições objetivas (o modelo de acumulação, as relações de trabalho ou a ação do Estado) e subjetivas (a relação entre necessidades e exigências) destes programas políticos; as medidas incluídas e as suas devidas implicações; e, por fim, o sujeito social – e respetivos movimentos e lógicas organizativas – mobilizado em seu torno. Desta forma, o estudo pretende igualmente contribuir para o estado da arte publicado em Portugal, cujo desenvolvimento se deve essencialmente ao trabalho pioneiro realizado pelo sociólogo Nuno Machado e, deste modo, para uma abordagem crítica das relações de trabalho e das perspetivas de mudança social criadas a partir delas.

2 André Gorz, *Reforma e revolução* (Lisboa: Edições 70, 1975 [1969]), 81.

### Neoliberalismo, necessidades e exigências

Ao longo de um conjunto de textos publicados em meados da década de 1960, compilados em *Le socialisme difficile* (1967) e *Reforma e revolução* (1969), André Gorz expõe as principais linhas estratégicas de um programa de *reformas revolucionárias*, proposta essa que seria reforçada por uma análise aprofundada das relações e das forças de produção no quadro do *neoliberalismo*. Este conceito, à semelhança de outros seus contemporâneos (como o de *capitalismo avançado*), traduz uma série de mudanças económicas, políticas, sociais e culturais responsáveis, entre outros fenómenos, por uma recomposição das classes trabalhadoras a todos os níveis, a começar pelo equilíbrio entre necessidades e exigências. Se as primeiras se encontram diretamente associadas à mera reprodução da vida, as segundas correspondem a fins definidos “não só sob o império da «necessidade natural», mas em virtude do próprio movimento, com vista ao cumprimento autónomo das respetivas faculdades intelectuais, artísticas, afetivas e criadoras”<sup>3</sup>.

A miséria das condições de quem se via obrigado a vender a sua força de trabalho permitiu ao movimento operário de finais de século XIX e início do século XX encarar o fim da ordem estabelecida como uma prioridade: “O pior já existia; nada tinham a perder”<sup>4</sup>. O sucesso parcial obtido no compromisso fordista, fruto da aplicação de receitas keynesianas sobre os mercados, não deixou de produzir efeitos contraditórios. A mínima garantia de uma reprodução biológica e social, ao ponto de o trabalhador passar a constituir igualmente um consumidor, veio tornar menos evidente a relação entre revolução e emancipação. Desta forma, como afirma o autor, a

questão essencial consistirá, pois, em saber em que necessidades se radica a necessidade do socialismo quando a necessidade nascida da miséria se encontra embotada e em que condições é que tais necessidades tomarão consciência

<sup>3</sup> Gorz, *Reforma e revolução*, 16.

<sup>4</sup> Gorz, *Reforma e revolução*, 75.

de si mesmas enquanto necessidades capazes de transformar radicalmente a sociedade<sup>5</sup>.

A partir da leitura dos *Grundrisse*<sup>6</sup>, de Karl Marx, Gorz identifica no avanço tecnológico fordista, verificado desde o final da II Guerra Mundial, o principal fator responsável pela passagem de *necessidades* a *exigências*. Tanto nas indústrias como nos serviços, as suas mercadorias tendem a incorporar “uma proporção crescente de trabalho intelectual (científico, imaginativo, artístico) e a reduzir a parte de trabalho puramente físico”<sup>7</sup>. As competências mobilizadas implicam, por conseguinte, o desenvolvimento de um conjunto de faculdades intelectuais e criativas, “uma curiosidade, uma capacidade de síntese, de análise, de invenção e de assimilação”<sup>8</sup>. Os seus efeitos são imprevisíveis, não obstante as tentativas da sua orientação e convergência num saber-fazer específico e pré-dirigido. Inclusivamente, este não consegue fazer jus aos imperativos impostos pela evolução das técnicas produtivas, a qual tende a prescrever especializações demasiado estreitas, requerendo-se antes “a polivalência e uma formação teórica sólida, a fim de facilitar as reconversões, as «reciclagens», a assimilação contínua, no decurso da vida produtiva, dos novos contributos científicos e técnicos”<sup>9</sup>.

As qualidades adquiridas pelos trabalhadores apresentam, por um lado, um sentido cumulativo, isto é, a contínua acumulação de novas capacidades por via de uma *reprodução ampliada da força de trabalho* para lá da fábrica e do horário do trabalho. O tempo livre deixa de ser visto como “paralisado e vazio, mas como tempo socialmente produtivo em que o indivíduo se renova a si mesmo”<sup>10</sup>. Tal implica, por outro lado, a procura de formas de organização e objetivos compatíveis com a

5 Gorz, *Reforma e revolução*, 77.

6 A introdução de Gorz às obras de juventude de Marx foi fruto do seu contacto com o filósofo Jean-Marie Vincent, o qual reconhece ter sido, juntamente com Sartre e Illich, uma das suas maiores influências. André Gorz, *Ecologica* (Londres: Seagull, 2018), 2.

7 Gorz, *Ecologica*, 17.

8 Gorz, *Ecologica*, 220.

9 Gorz, *Ecologica*, 228.

10 Gorz, *Ecologica*, 229.

valorização do trabalho polivalente e de uma prática cada vez mais autónoma que, dificilmente, é satisfeita. Mesmo entre os segmentos menos qualificados, “acantonados no seu lugar solitário”, a sua deslocalização “em proveito de equipas qualificadas, que regulam a própria colaboração, conscientes do seu poder técnico e da sua independência, lança em crise a hierarquia no interior e no *exterior* das empresas”<sup>11</sup>.

A condição operária, segundo Gorz, conserva assim a sua alienação e “intolerabilidade”, se bem que sob novos termos, como “a hierarquia despótica ou militar da fábrica” e o exercício de um poder discricionário não só ao nível da remuneração, mas do conteúdo, organização e monitorização do trabalho. Estes vieram tornar cada vez mais notória a “contradição entre o nível de instrução geral e de responsabilidade técnica exigidos [...] e o subemprego das suas capacidades em tarefas monótonas e particularizadas”<sup>12</sup>.

Ao não compreender apenas a “exigência categórica de viver, mas a exigência, infinitamente elástica, de *viver melhor*”<sup>13</sup>, o salto reivindicativo vem colocar tanto empresas como sindicatos perante um impasse. Já em 1965, sob a influência da filosofia de Herbert Marcuse, Gorz aponta críticas a uma ideologia produtivista comum a ambas as organizações – e que atravessa o mundo, de Leste a Oeste –, segundo a qual o aumento da produção (e do consumo) corresponde, em última instância, ao fator que garante o aumento de lucros e de salários. Este empreendimento, contudo, revela-se incapaz de eliminar o “reino da escassez” a partir do momento em que a noção de riqueza adquire um teor tão quantitativo quanto qualitativo, passando a englobar valores *extraeconómicos*, como “o da prática, o tempo livre, o desenvolvimento das faculdades humanas, a criação cultural, a finalidade da existência, a riqueza das relações entre os homens”<sup>14</sup>.

Ao contrário de Marcuse, e da sua descrença na construção de uma perspetiva revolucionária numa sociedade unidimensional, Gorz

11 Gorz, *Ecologica*, 251.

12 André Gorz, *Le socialisme difficile* (Paris: Éditions du Seuil, 1967), 28.

13 Gorz, *Reforma e revolução*, 103.

14 Gorz, *Le socialisme difficile*, 17.

considera estar-se perante as condições propícias a uma redefinição da estratégia socialista, capaz de ultrapassar o “«expectatismo revolucionário»” e, desta forma, impedir a iniciativa do capital na resolução de problemas, “à sua maneira, por meio de concessões e remendos que intentam torná-lo socialmente tolerável”<sup>15</sup>.

### Uma estratégia revolucionária de reformas

A sua proposta fundamenta-se na ideia de *reformas revolucionárias*, medidas que não obedecem a critérios de racionalidade instrumental, mas sim, como foi mencionado, ao “*que deve tornar-se possível em função das necessidades e exigências humanas*”<sup>16</sup>. O ponto de partida não se localiza no governo e/ou noutra autoridade, mas nos locais de trabalho. Se, por um lado, é no seu seio que os trabalhadores “têm uma experiência direta da sua subordinação social”, por outro, é também ali que surgem agrupados “como *força coletiva* real, capazes de uma ação coletiva direta e quotidiana”<sup>17</sup>.

Impostas desde baixo, as *reformas revolucionárias*, segundo a fórmula apresentada, visam a estrutura das unidades económico-produtivas. Todos os seus momentos, da sua conceção à sua execução, devem ser assegurados pelos próprios trabalhadores, prevendo-se a conquista de posições e poderes e a alteração da correlação de forças. O sucesso desta estratégia surge, desta forma, inseparável da sua dinâmica, ou seja, depende de um escalonamento de *reformas de estrutura* tanto na sua extensão como na sua profundidade. Embora correspondam a objetivos intermédios e plausíveis, a sua concretização tem um cariz prefigurativo, impelindo “as massas a viverem o socialismo como realidade já atuante” e a “tornarem presente o futuro”<sup>18</sup>.

Inspirado por experiências de luta operária em França e Itália, e pelas análises de militantes sindicais e políticos como Bruno Trentin,

15 Gorz, *Reforma e revolução*, 78-79.

16 Gorz, *Reforma e revolução*, 81.

17 Gorz, *Le socialisme difficile*, 30.

18 Gorz, *Reforma e revolução*, 87.



Vitor Foa, Rossana Rossanda ou Lucio Magri<sup>19</sup>, André Gorz estabelece três áreas de intervenção *reformista-revolucionária*. Ao nível das relações de produção, os trabalhadores, organizados em sindicatos, devem avançar com um projeto que una “indissolivelmente a reivindicação salarial, a reivindicação da gestão e a reivindicação da autodeterminação [...] das condições e das relações de trabalho”<sup>20</sup>. Tal implica, a título de exemplo, o controlo sindical sobre a formação profissional, a introdução de tecnologias produtivas e o sistema de organização e divisão do trabalho, em oposição à fragmentação, aos ritmos de trabalho intensivos e aos horários prolongados. No fundo, a proposta de Gorz representa a instauração de um “verdadeiro contrapoder operário”<sup>21</sup>. Apesar da proximidade, as suas diligências não se enquadram plenamente no conceito de *controlo operário*. Este, conforme a definição de Ernest Mandel, compreende um direito de veto dos trabalhadores sob uma série de domínios relativos à sua permanência quotidiana na empresa sem, contudo, prever a sua participação na gestão junto da administração (*cogestão*) ou em sua substituição (*autogestão*)<sup>22</sup>. A intervenção sindical, na aceção de Gorz, não se deve limitar ao boicote da iniciativa de técnicos superiores ou gestores, mas assumir a participação direta na gestão, não num sentido colaborativo, mas para “a neutralizar ponto por ponto e passo por passo, para a obrigar a ir aonde os trabalhadores querem que ela vá; em suma, para a lançar em crise e para forçar o inimigo a mudar de posição de combate”<sup>23</sup>.

A ação dos trabalhadores deveria, igualmente, assumir um controlo sobre a finalidade do trabalho, face à contradição entre “o brio e o amor do trabalho bem feito” e a “vergonha, a raiva ou o desespero de ter de executar o trabalho para fins [...] que, muitas vezes, não merecem consideração e não se adaptam às necessidades reais ou prioritárias

19 Respetivamente, sindicalistas e teóricos da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) e intelectuais comunistas fundadores do jornal *Il Manifesto*.

20 Gorz, *Reforma e revolução*, 134.

21 Gorz, *Reforma e revolução*, 131.

22 Ernest Mandel, *Controlo operário (antologia)* (Lisboa: Compasso do Tempo, 1974), 32.

23 Gorz, *Reforma e revolução*, 45.

nem aos interesses da coletividade”<sup>24</sup>. Esta finalidade pressupõe, à partida, a extensão das lutas para lá do chão da fábrica, passando estas a ocorrer igualmente em torno do setor, da cidade, da província e da sociedade. Por conseguinte, o conteúdo da sua ação já não se circunscreve ao trabalho, abarcando igualmente o investimento e o consumo. Neste âmbito, e já na altura, Gorz advoga a compressão dos “consumos e os investimentos sumptuários [...] e, através da socialização da função de investimento, de reduzir o desperdício sob todas as formas”<sup>25</sup>, alertando para as consequências do sistema produtivo no “ambiente natural, nas relações (ecológicas) do homem com a natureza”<sup>26</sup>. Por fim, uma terceira esfera de intervenção das *reformas-revolucionárias* deve considerar a *reprodução ampliada da força de trabalho*, nomeadamente a luta em prol do funcionamento de serviços e equipamentos coletivos (de bibliotecas a hospitais), segundo “uma escala de prioridades que reflita a escala das necessidades, democraticamente determinada”<sup>27</sup>.

Estas políticas, como foi salientado, não possuem uma natureza maximalista, não pretendendo a “realização imediata de reformas anticapitalistas diretamente incompatíveis com a sobrevivência do sistema”, algo que exigiria “uma maturidade política da classe trabalhadora suficiente para a conquista revolucionária do poder político”<sup>28</sup>. Ao mesmo tempo, e ao contrário de algumas críticas relativas à moderação do seu processo<sup>29</sup>, o autor esclarece que a estratégia “não deriva de uma opção *a priori* pelo gradualismo, nem da recusa *a priori* da revolução violenta ou da insurreição armada”<sup>30</sup>.

O alargamento do conteúdo reivindicativo, do campo de ação e dos eventuais meios a mobilizar obrigava a que a organização de classe não se

24 Gorz, *Reforma e revolução*, 152.

25 Gorz, *Reforma e revolução*, 163.

26 Gorz, *Reforma e revolução*, 182.

27 Gorz, *Reforma e revolução*, 211.

28 Gorz, *Reforma e revolução*, 273.

29 No entender de Mandel, a conceção gradualista do processo “subestima a necessidade de mobilização revolucionária das massas [...] para tornar possível a conquista do controlo operário”. Mandel, *Controlo operário*, 33.

30 Gorz, *Reforma e revolução*, 268.

circunscrevesse ao sindicato. As revoltas de Maio de 68 em França haviam não só comprovado o predomínio de exigências qualitativas, não mais subordinadas a um quadro produtivista, mas também os limites da espontaneidade. Esta proporcionou ao movimento “uma forma francamente revolucionária”<sup>31</sup> que, numa fase posterior, se revelou um bloqueio “à unidade de desígnio e capacidade estratégica para coligir as reivindicações imediatas e as ações locais numa perspetiva de conjunto e numa ofensiva política geral”<sup>32</sup>. A procura destes requisitos, segundo Gorz, apenas poderia ser assegurada por um partido revolucionário. O autor encara-o, desde logo, como um “*mal necessário*”<sup>33</sup>, cuja estrutura não deve reproduzir o modelo bolchevique. Além de conter “em germe – fossem quais fossem as intenções dos dirigentes – a maior parte das degenerescências ulteriores do «poder soviético»”<sup>34</sup>, a relação vertical entre vanguarda e massa refletia as condições histórico-sociais específicas da Revolução Russa. A atual composição social da força de trabalho, dotada das competências anteriormente mencionadas, permitia ao partido revolucionário constituir antes “um órgão de animação e de agitação que, à maneira de fermento, estimula a ação onde quer que ela seja possível, ajudando-a a criar os próprios órgãos de luta e de soberania coletiva”<sup>35</sup>. Todavia, o conjunto de funções atribuídas a este organismo não parece ser completamente estranho a uma conceção leninista de partido. A este cabia, em primeiro lugar, um trabalho de *análise e de elaboração teórica* que visasse a compreensão, entre outros aspetos, da “evolução e das contradições do sistema capitalista, em todos os níveis”<sup>36</sup>, com especial destaque para a identificação das posições (e das suas forças e debilidades) das classes em luta. Tais conhecimentos seriam, posteriormente, aplicados na *síntese ideológica* das diversas reivindicações parcelares e no conseqüente enquadramento polí-

31 Traduzida na “soberania nas assembleias de base; [...] início de «revolução cultural» pela destruição, durante as ocupações de fábricas e assembleias livres, das barreiras sociais e profissionais; impugnação de toda a forma de desigualdade e de divisão hierárquica do trabalho, etc.”. Gorz, *Reforma e revolução*, 34.

32 Gorz, *Reforma e revolução*, 34.

33 Gorz, *Reforma e revolução*, 321.

34 Gorz, *Reforma e revolução*, 320.

35 Gorz, *Reforma e revolução*, 320.

36 Gorz, *Reforma e revolução*, 55.

tico das lutas realizadas a nível local. Por fim, o partido deveria assegurar *o governo e a transformação do Estado* com vista à sua desagregação por via da articulação dos “centros de poder autónomos, que procuram nascer nos diferentes níveis da sociedade civil”<sup>37</sup>.

***Trabalhar menos e viver melhor:***  
**ecologia política e abolição do trabalho**

A partir da década de 70, o projeto de socialismo defendido por André Gorz seria objeto de uma profunda reconceptualização a diversos níveis: da sua base teórica, do programa político e dos meios necessários à sua aplicação, da sua composição social enquanto movimento e da própria substância. Estas mudanças refletem um pensamento político que passou a contemplar, por um lado, a ecologia política e, por outro, a abolição do trabalho.

Se bem que a denúncia do produtivismo dos sistemas capitalista e socialista, e das respetivas consequências sobre o ambiente, não constituíssem, como foi mencionado, uma novidade, uma série de fatores estruturais (a crise de acumulação do capitalismo e o aumento da produção como resposta), conjunturais (a crise de petróleo de 1973) e biográficos (a doença de Dorine, a sua companheira<sup>38</sup>) contribuíram para uma maior atenção à ecologia. Num dos primeiros textos dedicados ao tema, assinado por Michel Bosquet, a sua premência é explícita:

Sabemos que o nosso mundo vai acabar; que, se continuarmos como até agora, os mares e os rios ficarão estéreis, as terras sem fertilidade natural, o ar irrespirável nas cidades e a vida um privilégio ao qual só terão acesso os espécimes selecionados de uma nova raça humana, adaptada por condicionamentos químicos e programação genética ao novo nicho ecológico<sup>39</sup>.

37 Gorz, *Reforma e revolução*, 72.

38 Como o próprio afirma, “a tua doença trazia-nos ao terreno da ecologia e da tecnocrítica”. André Gorz, *Carta a D.* (Lisboa: Edições do Saguão, 2022), 88.

39 Michel Bosquet, *Écologie et liberté* (Paris: Éditions Galilée, 1977), 13.

Este cenário é atribuído a um sobredesenvolvimento tecnológico-co-produtivo incapaz de se reproduzir a si mesmo, já identificado por Marx na sua lei da queda tendencial da taxa de lucro<sup>40</sup>. A tentativa de atenuação dos seus efeitos envolve o aumento da produção, com especial enfoque na obsolescência programada das suas mercadorias e, por consequência, na exploração de recursos naturais. Uma vez que a imposição de limites representaria um aumento de custos e uma agudização da crise, Gorz não vislumbra qualquer saída num quadro de capitalismo (ou de socialismo) de crescimento.

Apesar de poder ser entendida como uma racionalidade não económica, “é impossível traçar uma linha moral a partir da ecologia”<sup>41</sup>. Sob influência do pensamento de Ivan Illich, autor cujas teses viriam a compor (juntamente com a filosofia de Marx) o principal fundamento teórico da sua obra, Gorz apresenta duas vias de saída: ou o *tecnofascismo/ecofascismo*, regime no qual a preservação da vida será objeto de uma planificação central assegurada por instituições e tecnologias pesadas; ou a *opção convivial*, em que a conservação dos recursos naturais é conjugada com a “realização e soberania de comunidades e indivíduos”<sup>42</sup>. O cumprimento deste princípio depreendia não só a delimitação da produção no espaço e no tempo como a *inversão das ferramentas* à disposição, isto é, a prevalência de técnicas e métodos de produção que promovessem a proteção do ambiente e a descentralização, autonomia e controlo (por trabalhadores e consumidores) das unidades de produção.

O fim da relação inequívoca entre as noções de *mais e melhor* não visava assegurar apenas a proteção dos recursos naturais, mas também a dos trabalhadores. Desde o início da década de 1970 que algum do otimismo político em torno da automação (e da acumulação e polivalência dos conhecimentos que requeria), presente em obras anteriores, daria lugar a um crescente ceticismo relativamente aos seus resultados.

40 Provocada pela primazia de capital fixo (edifícios, equipamentos e maquinaria), de *trabalho morto*, sobre o capital variável (salários), de *trabalho vivo*, o único capaz de produzir valor.

41 Bosquet, *Écologie et liberté*, 25.

42 Bosquet, *Écologie et liberté*, 26.

Em 1971, num artigo dedicado à relação entre sindicalismo e movimento operário, Gorz identifica uma “política patronal que procura simultaneamente eliminar as possibilidades de controlo operário sobre o processo produtivo e aumentar o mais possível o controlo sobre o operário”<sup>43</sup>. Esta relação de subordinação envolvia não só os operários especializados, mas igualmente técnicos e intelectuais que, confrontados com um exercício de funções cada vez mais fragmentado, passam a sofrer de uma “espécie de sensação de *asfíxia profissional* que, até hoje, era o destino dos trabalhadores sem qualquer qualificação”<sup>44</sup>. O aumento de greves selvagens em França ou Itália<sup>45</sup> era, argumenta-se, sintoma deste processo, o qual deveria ser contraposto por uma maior abertura do sindicalismo tanto nos seus aspetos organizacionais, recomendando-se a sua descentralização em prol de assembleias e comissões de luta, como na relação com outros organismos de poder operário (conselhos e comissões). Se, num quadro de normalidade, “é um erro que as vanguardas considerem o sindicato ultrapassado”, a agudização do conflito poderia justificar uma posição que, consciente dos seus limites, “não procurará manter o monopólio da dinamização e condução das lutas a todo o custo”<sup>46</sup>.

Alguma da reflexão publicada em *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista* (1973) tornaria mais evidente a crítica ao papel das infraestruturas e tecnologias produtivas na dominação do operário. Ainda que mantenha alguma fé na atribuição de novas responsabilidades a grupos de trabalho, admitindo-lhe uma *ambiguidade*

43 Michel Bosquet, *Ecologia e política* (Lisboa: Editorial Notícias, 1976 [1975]), 81.

44 Bosquet, *Ecologia e política*, 86.

45 É importante mencionar a aproximação de Gorz ao grupo extraparlamentar italiano Lotta Continua, tendo sido responsável pela coordenação de um número da revista *Temps Modernes* (da qual era membro do comité editorial juntamente com figuras como Jean-Paul Sartre ou Simone de Beauvoir) com artigos assinados por militantes daquela organização. O conteúdo deste caderno, apresentado por Gorz, foi traduzido e editado em Portugal em 1976 [Lotta Continua, *Luta Contínua* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1976)]. Mais tarde, a proposta de edição de um número especial dedicado à recomposição da esquerda em Itália por parte de Yann Moulier Boutang, que incluiria artigos de Romano Alquatti, Sergio Bologna e do próprio Gorz, seria rejeitada. Na sequência dessa decisão, Gorz acabaria por abandonar o comité editorial da revista. Ver Yann Moulier Boutang, “André Gorz, pour mémoire”, *Revue Multitudes* 31 (2008): 159-160.

46 Bosquet, *Ecologia e política*, 92.

semelhante à de uma reforma<sup>47</sup>, a emancipação a partir e no seio de grandes unidades produtivas é amplamente questionada, pois é a sua própria configuração estrutural que impede o controlo operário. Como se pode ler na sua introdução à obra coletiva,

Não pode haver comunismo sem estilo comunista de vida [...]; mas não pode haver estilo de vida comunista na base da tecnologia, das instituições e da divisão de trabalho geradas no capitalismo. [...] [O poder de classe do proletariado] não deixará de ser nominal e abstracto senão quando os meios e a organização da produção, nas suas dimensões, técnicas, localização, etc., permitirem – isto é, favorecerem – uma autonomia real de comunidades reais que produzam e coloquem em comum uma parte importante do necessário, e que criem, segundo o seu prazer, o essencial do supérfluo<sup>48</sup>.

Esta narrativa seria, anos mais tarde, aprofundada em *Adieux au prolétariat. Au-delà du socialisme* (1980), talvez a mais conhecida e polémica<sup>49</sup> obra assinada por André Gorz. Esta representa o abandono, nas palavras do sociólogo Robert Castel, de uma “conceção prometaica do proletariado, [...] uma classe completamente alienada pelo trabalho, mas que possuía a capacidade de libertar o conjunto da humanidade, libertando-se ela própria”<sup>50</sup>. Esta projecção é, desde logo, atribuída a uma formulação transcendental do proletariado por parte de *São Marx*, resultado de uma condensação de cris-

47 Será “uma recuperação reformista” se instituída de cima ou, pelo contrário, “uma brecha no sistema de dominação do capital” se imposta a partir de baixo. André Gorz, “O despotismo de fábrica e o seu futuro”, em *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*, ed. André Gorz (Lisboa: Publicações Escorpião, 1976 [1973]), 95.

48 Gorz, “Prefácio”, em *Divisão social do trabalho*, 13-14.

49 O autor reconhece o cariz provocatório do título e do próprio livro, cujo alvo eram “os Maoístas com o seu culto primitivo de um Proletariado mítico e as suas pretensões de implementação, num país urbano e industrializado, da estratégia de expropriação de terra concebida por Mao para o campesinato chinês”, ver Gorz, *Ecologica*, 10.

50 Robert Castel, “André Gorz et le travail : une interprétation critique”, em *Le moment Gorz: André Gorz en personne/ Sortir du capitalisme: le scénario Gorz*, ed. Christophe Fourel e Alain Caillé (Paris: Le Bord de l'eau, 2017), 187.

tianismo, hegelianismo e cientismo, que vem vincular os trabalhadores a uma consciência de classe, independentemente da sua experiência empírica<sup>51</sup>. Ao contrário do previsto por Marx, e pelo próprio Gorz, o desenvolvimento do capitalismo não havia conduzido à formação de uma força de trabalho polivalente capaz de exercer um poder operário de ordem técnica que dispensasse o controlo exercido por gestores e pelas próprias máquinas. A automação veio, quando muito, “autodeterminar as modalidades de heteronomia”<sup>52</sup>, impedindo assim qualquer tipo de relação de identificação com as funções exercidas entre uma vasta maioria de trabalhadores. Evocando a sua origem etimológica – *tripalium*, um objeto de tortura medieval –, o trabalho passa a ser categorizado como uma atividade “restrita, heterodeterminada, heterónoma”<sup>53</sup>, “que não dá lugar à iniciativa pessoal” e que, por conseguinte, constitui uma reificação “que vem de encontro ao trabalhador e o submete”<sup>54</sup>.

No lugar da classe operária, relegada para uma posição minoritária, surge uma “não-classe de não trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo da sociedade existente, uma não-sociedade”<sup>55</sup>. Igualmente designada de *neoproletariado industrial*, a sua composição social é determinada por uma reconfiguração do mercado de trabalho, visível no aumento do desemprego, do subemprego de competências e do emprego intermitente e precário; engloba, em suma, os “extranumerários da produção social que são os desempregados reais e virtuais, permanentes e temporários, totais e parciais”<sup>56</sup>.

Apesar de lhe recusar qualquer “virtude profética”<sup>57</sup>, o autor define esta não-classe como uma “subjetividade libertada”<sup>58</sup>. A suposta

51 A sua oposição a esta conceção de história está presente nas suas primeiras obras, então marcadas pelo existencialismo, chegando mesmo a classificar a revolução como uma *necessidade facultativa*, decidida pelos próprios sujeitos da história, e não o resultado de um historicismo mecanicista. Françoise Gollain, “André Gorz, un marxiste existencialiste”, *Revue du MAUSS* 34 (2009): 351.

52 André Gorz, *Adieux au prolétariat. Au-delà du socialisme* (Paris: Galilée, 1980), 19.

53 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 8.

54 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 102-103.

55 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 104.

56 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 104.

57 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 21.

58 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 111.



inexistência de expressão e reconhecimento no trabalho – e, pelo seu pendor estrutural, na sociedade – incentiva a procura por novos espaços de identificação, dedicados ao desenvolvimento de saberes e fazeres cujo valor não é de troca. Assim, “abolir o trabalho não significa então abolir a necessidade de esforço, o desejo de atividade, o amor à obra, a necessidade de cooperação com os outros e de se tornar útil à coletividade”<sup>59</sup>. Se bem que marginais, é a partir destas esferas que, segundo Gorz, se poderá imaginar

uma rutura que substitua a racionalidade produtivista por uma racionalidade diferente. Essa rutura só pode vir dos próprios indivíduos [...]. Apenas a não-classe dos não-produtores é capaz desse ato fundador, pois apenas ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes<sup>60</sup>.

### ***Um espaço social dualista: autonomia, heteronomia e o lugar do político***

A libertação do trabalho e o alargamento espacial e temporal destes espaços de autonomia tem como base, paradoxalmente, a aplicação de tecnologias de automação no domínio produtivo. Estas possuem uma dupla dimensão alienante e emancipatória: a frustração das expectativas na autogestão poderia ser compensada pela diminuição do trabalho necessário à produção de bens e serviços essenciais. Assim, na sua aceção, a solução “única realista e operacional”<sup>61</sup> residia na organização dualista do espaço social numa esfera de *autonomia* que exerceria primazia sobre uma esfera de *heteronomia*. A primeira é preenchida por atividades livres, realizadas segundo “os desejos, os gostos e a fanta-

59 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 9.

60 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 112-113.

61 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 146.

sia de cada um”<sup>62</sup>. A segunda é responsável por garantir “tudo o que é necessário à vida dos indivíduos e ao funcionamento da sociedade, o mais eficazmente possível e com o menor consumo de esforços e de recursos”<sup>63</sup>. Se, à partida, é difícil evitar a pré-determinação e estandarização operacional nesta área, os seus efeitos, segundo o autor, poderiam ser mitigados pelos seguintes fatores: em primeiro lugar, a opção por um *decrescimento produtivo*, ou seja, pela redução da exploração de recursos naturais e de um consumo determinado pela produção do superflúo; em segundo, a divisão das tarefas por todas as pessoas capazes de as assegurar (o que requer a banalização dos saberes necessários ao seu exercício); e, por fim, a sua redução a um tempo mínimo, quase excepcional, podendo até contribuir para que se torne num ritual ou festa, como acontecia na agricultura. O seu modelo de organização baseia-se, desta forma, na disjunção e complementaridade de objetivos antagónicos:

As possibilidades de realização pessoal, de criatividade e de atividade comunitária que o setor autónomo oferece tornarão os indivíduos refratários à divisão hierárquica do trabalho, bem como, aliás, às produções de utilidade duvidosa. Inversamente, o trabalho socialmente determinado da esfera heterónoma protege os indivíduos contra as pressões e tensões de uma comunidade fortemente integrada, quer se trate da família ou de qualquer outra comunidade de vida e de trabalho<sup>64</sup>.

A relevância, amplitude e complexidade técnica subjacente à produção dos bens e serviços consignados à esfera da heteronomia – no qual se incluem tanto o aparelho de produção material da sociedade (transportes, comunicações, habitação, saúde ou educação) como os

62 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 145.

63 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 145.

64 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 152.

instrumentos ao serviço das atividades livres – tornam imperativa a sua sujeição quer a regras objetivas e universais, quer a uma rigorosa planificação. Nesta senda, Gorz estabelece a ordem do Direito e o Estado como os meios adequados ao exercício destes encargos. No entanto, face ao seu papel histórico na emergência e consolidação do capitalismo, do qual era difícil ser dissociado, o teórico defende que o Estado não deve representar um “objetivo prévio ao qual tudo o resto possa estar subordinado”<sup>65</sup>. A sua recriação é, assim, condicionada a “um movimento de lutas sociais” que funcione como “a alavanca que põe a sociedade em posição de agir sobre ela mesma e de fundar liberdades, e um novo Direito e um Estado”<sup>66</sup>. Embora confesse desconhecer a forma que “pode tomar esta ação, nem que força política é capaz de conduzi-la”<sup>67</sup>, o autor atribui-lhe como principal fim a subtração de “espaços crescentes de autonomia aos aparelhos de dominação do Capital e do Estado”<sup>68</sup>. A contradição que perpassa a sua relação com o Estado – a de visar tanto a sua formação como a sua circunscrição – é resolvida pela introdução de um elemento político que assume a mediação entre “as exigências da autonomia e os imperativos técnicos”<sup>69</sup>. O *adieu ao proletariado* subentendia a recusa quer da estratégia do movimento operário, quer das suas organizações tradicionais, uma vez que “não se trata mais de conquistar o poder como trabalhador, mas de conquistar o poder de não funcionar mais como trabalhador”<sup>70</sup>. Tal missão passaria a ser protagonizada por “aquelas instituições que já não ousamos chamar de partidos, pois funcionam atualmente tão mal”<sup>71</sup>. O seu tipo-ideal de partido político, aberto à discussão e à contestação das direções, aproxima-se do modelo organizativo de “grupos de estudos, clubes, pequenos grupos de militantes sindicais, etc.”<sup>72</sup>. Compostos por

65 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 172.

66 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 172.

67 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 24.

68 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 185.

69 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 174.

70 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 103.

71 André Gorz, *Paths to Paradise: On the Liberation from Work* (Londres: Pluto Press, 1985 [1983]), 75.

72 Gorz, *Paths to Paradise*, 75.

indivíduos com algum conhecimento na área, estes seriam responsáveis por formular e traduzir as aspirações destes movimentos, com vista a torná-los “coerentes, efetivos e compatíveis com o funcionamento do ou de um sistema social”<sup>73</sup>.

A projeção de uma sociedade em que o trabalho passa a ocupar uma pequena parcela do tempo vida é encarada pelo próprio Gorz como *utópica*. A sua descrição chega mesmo a adotar um formato ficcional, um meio de “libertar a imaginação quanto ao que é possível fazer para mudar a vida”<sup>74</sup>. Neste texto, o autor idealiza uma França atravessada por ocupações de empresas, imóveis e escolas que, todavia, não conduzem a uma resposta repressiva por parte do Estado. Muito pelo contrário, presidente e primeiro-ministro anunciam uma série de reformas estruturais, como a gratuidade dos transportes públicos, a nacionalização das empresas de ponta de cada ramo, a redução do tempo de trabalho ou a criação de uma bolsa de troca de empregos. No final, “o primeiro-ministro conclui que, para favorecer a imaginação e a troca de ideias, a televisão não funcionaria mais às sexta-feiras e aos sábados”<sup>75</sup>.

Outros artigos seus ensaiam o mesmo desígnio através da colocação de questões ao leitor, como a relativa aos efeitos de uma eventual redução da produção industrial a um conjunto de bens essenciais:

Seria a uniformidade e a sensaboria? Não, se imaginarem ainda que cada bairro, cada comunidade, dispunha de ateliers, abertos dia e noite [...] em que os habitantes, individual e coletivamente, produzem para si, fora do mercado, os produtos supérfluos, segundo os seus gostos [...] Será isto uma utopia? Talvez seja um programa. Pois que esta “utopia” corresponde à forma mais avançada, e não à mais

73 Gorz, *Paths to Paradise*, 75.

74 Bosquet, *Écologie et liberté*, 95. O artigo seria republicado mais tarde em *Adieux au prolétariat*.

75 Bosquet, *Écologie et liberté*, 112.

comum, do socialismo: [...] onde há bastante para todos e em que as pessoas têm liberdade individual e coletiva para moldar a sua própria vida e escolher o que querem produzir, para além do necessário à coletividade<sup>76</sup>.

A indissociabilidade entre utopia e programa político traduzir-se-á na apresentação de propostas concretas, entre as quais a da atribuição universal de um rendimento social garantido ao longo da vida, em troca de vinte mil horas de trabalho<sup>77</sup>.

### ***O rendimento social garantido enquanto programa político***

A dissociação radical entre emprego (ou desemprego) e distribuição de rendimento, e as respetivas modalidades do seu cumprimento, constituiu um tema que viria a acompanhar André Gorz ao longo dos anos seguintes e até ao fim da sua vida. A centralidade deste objetivo no seu pensamento político reflete, em primeiro lugar, um crescente otimismo tecnológico. Ao contrário da automação, a microeletrónica é retratada como uma “encruzilhada” que poderá “conduzir à autogestão, ou mesmo à centralização autogerida”<sup>78</sup>. O seu potencial emancipatório é, porém, minado pela degradação das condições de emprego. A redução da força de trabalho proporcionada pelo aumento da produtividade foi compensada pela criação de empregos num amplo setor de serviços. Neste processo, segundo o seu diagnóstico, verifica-se uma segmentação da força de trabalho: a par de uma elite de trabalhadores do conhecimento com uma relação de emprego estável, cresce em seu redor “uma massa de desempregados e de trabalhadores temporários e precários, sem qualificações ou estatuto, exercendo tarefas servis”<sup>79</sup>. Estas resultam da mercadorização de tarefas, socialmente consideradas aborrecidas e/ou desagradáveis, que, outrora, eram executadas pelos próprios consumi-

76 Bosquet, *Ecologia e política*, 38, 39.

77 Gorz, *Adieux au prolétariat*, 183, 184.

78 Gorz, *Paths to Paradise*, 29.

79 Gorz, *Paths to Paradise*, 35.

dores, permitindo-lhes um maior tempo de dedicação ao trabalho ou a outro tipo de atividades extra-económicas. Esta engenharia acaba, assim, por gerar uma sociedade dualista, “como se o modelo colonial tivesse encontrado uma posição segura nos centros metropolitanos”<sup>80</sup>.

O aprofundamento da desigualdade não só entre classes, mas no próprio seio da classe trabalhadora, demonstrava a rigidez e a obsolescência de um conceito de cidadania fundado na relação de emprego, num contexto em que esta era gradualmente eliminada. As suas consequências ao nível da ordem pública e económica, com a produção de mercadorias a suplantarem o seu consumo, contribuíram para que, em segundo lugar, a proposta de um rendimento social garantido (RSG) se impusesse como uma *evidência*<sup>81</sup>. De facto, como descreve, a ideia era objeto de disputa à direita e à esquerda. Na fórmula eleita por alguns teóricos neoliberais, como Milton Friedman, a atribuição de um valor monetário resulta da aplicação de um imposto negativo aplicado sob rendimentos inferiores a um determinado montante. Esta medida, aliada à eliminação de uma série de políticas de proteção social, deveria contribuir para uma diminuição quer da despesa pública, quer dos salários, então reduzidos a um papel complementar.

Na sua versão de esquerda, advogada por Gorz, o RSG não equivale a um subsídio ou a uma ação caritativa, mas sim a um direito baseado numa conceção coletiva de riqueza, “criada pelas forças produtivas da sociedade como um todo e não pela soma de indivíduos trabalhadores”<sup>82</sup>. A atribuição de um valor passível de assegurar a satisfação de necessidades básicas é, todavia, subordinada à prestação de trabalho: não é dele em si, “mas da sua duração socialmente necessária que o rendimento deve tornar-se independente”<sup>83</sup>. Inclusivamente, Gorz concebe este dever como um fator de reconhecimento social do sujeito, nomeadamente das mulheres, contribuindo para a sua afirmação para

80 André Gorz, *Capitalism, Socialism, Ecology* (Londres: Verso, 2012 [1991]), 50.

81 André Gorz, “Quem não vai ter trabalho, também terá o que comer”, *Estudos Avançados* 10 (1990 [1986]): 214.

82 Gorz, *Paths to Paradise*, 42.

83 Gorz, “Quem não vai ter trabalho”, 219.

lá de uma esfera privada e familiar. A redução do tempo investido nesta atividade, a sua distribuição universal e a alocação de 40 000 horas de trabalho (já não as 20 000) ao longo de uma vida por várias escalas (semanal, mensal ou anual) confirmam a sua inscrição num domínio de *heteronomia* submetida a uma esfera de *autonomia*.

Mais do que uma política isolada, o RG é projetado como um programa *per se*, compreendendo uma série de organismos e medidas, como centros de avaliação e planeamento, responsáveis pela definição de metas de produtividade; bolsas de trabalho e institutos de formação profissional, com vista à alocação de trabalho nos setores resistentes à automação; políticas fiscais, como impostos sobre o consumo; ou a fixação de preços.

Este programa não representa, para Gorz, o culminar de qualquer processo histórico previamente anunciado; e, tão-pouco, revela o destino de um sujeito social específico. A sua realização depende de uma *autonomia do político* que ultrapasse interesses corporativos e setoriais através de um “projeto cultural” e “de uma visão – a «utopia» – capaz de dar sentido à terceira revolução industrial, isto é, uma finalidade e uma orientação nascidas da esperança”<sup>84</sup>. Apesar de não reproduzir um interesse de classe, a proposta não deixa de possuir as suas condições de felicidade, em particular a existência de trabalhos e ocupações em que a autonomia, exercida num quadro de heteronomia, é pensada como “uma possibilidade contrariada pela forma como a sociedade se encontra organizada”<sup>85</sup>; e de espaços e comunidades onde a solidariedade e o apoio mútuo são colocados em prática, um pouco à semelhança do verificado nos primórdios do movimento operário. Este, como refere o autor, nasceu “de formas de vida e de auto-organização que prefiguravam alternativas possíveis ao estilo de vida e organização social dominantes: uma «utopia concreta»”<sup>86</sup>.

A identificação destas potencialidades deveria, segundo Gorz, orientar a redefinição da esquerda política. Marcado por um diálogo

84 André Gorz, *Critique of Economic Reason* (Londres: Verso, 1989 [1988]), 98.

85 Gorz, *Critique of Economic Reason*, 99.

86 Gorz, *Critique of Economic Reason*, 101.

com figuras com Peter Glotz<sup>87</sup> e com organizações como o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) ou a CGIL italiana, o teórico começa, em primeiro lugar, por enquadrar este processo num espaço europeu alargado, à margem de fronteiras nacionais. Face à abertura das suas economias nacionais a um mercado global, a esquerda ou “se une na construção de um «espaço social europeu», na base de um sistema de legislação, proteção e de políticas sociais comuns a todos os países membros e em direção a objetivos comuns, ou será reduzida à submissão – ou sanção – da regressão social em cada país”<sup>88</sup>. Em segundo lugar, e de modo a tornar-se politicamente conseqüente, a reivindicação de um menor tempo de vida sacrificado ao trabalho (sem que ocorresse qualquer perda de rendimento) por parte de sindicatos teria de ser consubstanciada por uma sua maior presença na vida não só dos seus associados, mas de um público mais lato. A sua sobrevivência enquanto movimento dependia, portanto, da criação

de sítios e espaços nos quais as pessoas podem desenvolver a sua capacidade de assumir responsabilidades pelas suas próprias vidas e autogerir as suas relações sociais: universidades abertas, centros e escolas comunitárias, cooperativas de troca de serviços ou grupos de ajuda mútua; cooperativas de reparação e oficinas de autoprodução; [...] grupos de arte e de artesanato, etc.”<sup>89</sup>.

Por fim, o maior contacto com uma realidade para lá do trabalho contribuiria para que a sua ação procurasse responder não só a antagonismos de classe e às respetivas questões materiais, mas a todo um conjunto de desafios colocados “a direitos individuais e coletivos à autodeterminação, integridade e soberana individual”<sup>90</sup>. Estes, por seu

87 Cientista social e secretário-geral do Partido Social-Democrata alemão (SPD) entre 1981 e 1987.

88 Gorz, *Critique of Economic Reason*, 189.

89 Gorz, *Critique of Economic Reason*, 231.

90 Gorz, *Capitalism, Socialism, Ecology*, 90.



turno, exigiam uma maior abertura ao “debate, à ação comum, à aliança com outros movimentos”<sup>91</sup>.

***O rendimento básico incondicional:  
da reforma revolucionária ao êxodo***

A conceção e o programa do RSG seriam, mais tarde, objeto de uma reinterpretação e alteração dos seus termos por parte de André Gorz, um conjunto de mudanças que se prendem com a evolução do sistema económico a diversos níveis: da globalização dos mercados à crescente relevância do setor financeiro, passando pela introdução de novas formas de gestão do trabalho. Existe, de acordo com o seu diagnóstico, um fator subjacente que atravessa todo este novo regime pós-fordista: a prevalência de um “trabalho não-material e intelectual de pensamento, consulta, troca de informação, uma combinação de observação e conhecimento, que é realizado tanto antes do trabalho quanto diretamente no processo de produção”<sup>92</sup>. A referência a estes componentes de um *capital humano* não constitui uma novidade na sua obra, induzida pelas leituras dos *Grundrisse* desde a década de 1960, sobretudo pelo conceito de *intelecto geral*, o conjunto de capacidades gerais, sustentadas tanta pela formação profissional como pela artística e científica ou por qualquer outro tipo de aprendizagens exercidas no tempo livre. Algo que, como afirmará mais tarde, compreende

simultaneamente um capital social, produzido por toda a sociedade, e um capital pessoal, na medida em que existe somente porque a pessoa conseguiu apropriar-se deste capital social, e pô-lo em prática desenvolvendo na sua base um conjunto de faculdades, capacidades e saberes pessoais<sup>93</sup>.

91 Gorz, *Capitalism, Socialism, Ecology*, 90.

92 André Gorz, *Reclaiming Work: Beyond the Wage-Based Society* (Cambridge: Polity Press, 1999 [1997]), 31.

93 André Gorz, *L'immatériel: connaissance, valeur et capital* (Paris: Galilée, 2003), 72.

A sua recuperação é, em parte, fruto da influência das revistas *Futur Antérieur* e *Multitudes*, editadas por teóricos e militantes do pós-operarismo italiano como Antonio Negri, Yann-Moulier Boutang, Maurizio Lazzarato ou Paolo Virno. À semelhança de Gorz, também eles identificam um novo capitalismo, designado *cognitivo*, cuja força de *trabalho imaterial* opera por via da imaginação, da reflexão, do conhecimento, da comunicação e até da emoção. Estes autores, porém, situam a aquisição, desenvolvimento e emprego destes elementos numa esfera de autonomia, limitando-se o capital à apropriação dos seus frutos a partir de uma posição exterior. Ainda que considere que a sua gestão é incompatível com formas de autoridade verticais e coercivas, semelhantes às exercidas por um capataz, Gorz continua a conceber o trabalho como uma relação predominantemente heterónoma, adotando “uma forma de condicionamento que conduz o sujeito a aceitar ou a escolher precisamente aquilo que já não pode ser imposto”<sup>94</sup>. Os critérios que presidem à mobilização deste conjunto de faculdades, capacidades e saberes estão longe de serem objeto de uma decisão autónoma, seguindo as grelhas de inteligibilidade impostas pelo mercado. De uma dominação exercida de forma direta, a estratégia patronal desloca-se “para a dominação sobre a autoprodução, isto é, sobre a extensão e divisão das capacidades e saberes que os indivíduos devem adquirir, e sobre as condições e modalidades da sua aquisição”<sup>95</sup>.

O exercício de um controlo mais intrusivo sobre dimensões da vida que, até então, não eram objeto de valorização (uma vez não lhes ser reconhecido, à data, qualquer tipo de pendor produtivo), é assegurado pela *metamorfose da relação salarial*. A criação de novos contratos de trabalho caracterizados pela redução quantitativa, em termos do período de duração, e qualitativa, no que respeita os direitos consignados, dos seus vínculos permitiu ao capitalismo “reestabelecer as condições sociais que prevaleceram no início do século XIX para uma grande proporção da força de trabalho”<sup>96</sup>. Os efeitos desta nova condição podem ser anali-

94 Gorz, *Reclaiming Work*, 42.

95 Gorz, *L'immatériel*, 72.

96 Gorz, *Reclaiming Work*, 49.

sados a partir de uma das suas principais figurações, a do *free-lancer* ou *autoempregado*. Formalmente independente, este estatuto apenas apresenta alguma coerência com a realidade material em casos excepcionais, cujas competências, tidas como excepcionais, são objeto de um elevado nível de procura no mercado. Para a grande maioria, “a era pós-emprego significa somente que as empresas têm liberdade para pescar, num largo charco de prestadores de serviços de todo o tipo, aqueles que oferecem o melhor serviço ao menor preço”<sup>97</sup>. A par de custos reduzidos, garante-se desta forma *uma mobilização total* da parte dos trabalhadores, tornados empreendedores, na qual não só uma parte mas toda a sua vida é subsumida a uma lógica produtivista, incorporando as suas normas e critérios.

A intermitência do trabalho não constituía, para Gorz, um problema em si. Desde os primeiros sinais desta tendência que o autor avalia a sua repartição num tempo longo e em várias funções como uma “nova liberdade, um novo direito a cada pessoa a interromper a sua atividade profissional”<sup>98</sup>, desde que suportada por um RSG. Mais do que uma questão especificamente laboral, a precariedade funciona a partir da relação entre trabalho e direitos sociais. Assim sendo, a anulação desta estratégia implica

separar do “trabalho” o direito a ter direitos, principalmente o direito ao que é e pode ser produzido sem trabalho ou, pelo menos, com cada vez menos trabalho. Tem de ser reconhecido que nem o direito a um rendimento, nem a cidadania plena, nem o sentido de identidade e de autossatisfação de todos poderá continuar a centrar-se e a depender da posse de um emprego<sup>99</sup>.

A prioridade destes fins conduziria Gorz a alterar o princípio da atribuição deste rendimento, já não subordinado à prestação de traba-

97 Gorz *Reclaiming Work*, 51.

98 Gorz, *Capitalism, Socialism, Ecology*, 23.

99 Gorz, *Reclaiming Work*, 54.

lho. A defesa da sua incondicionalidade segue uma lógica argumentativa que, a nosso ver, apresenta um cariz económico, social e político. A concessão de um *rendimento básico incondicional* (RBI) resulta da crise do valor imposta pela preponderância de um tipo de trabalho imaterial que, pela sua própria natureza, se tornou inseparável da vida que o produz. Por conseguinte, a medida de um tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma determinada mercadoria revela-se incapaz de descortinar o tempo realmente dedicado quer à produção como à reprodução de capacidades e saberes.

Perante a proposta de articular o RSG com trabalho no terceiro setor ou no espaço doméstico, apresentada por autores como os sociólogos Claus Offe ou Diane Elson, Gorz insiste nesta incondicionalidade, garantia do reforço de laços sociais e da autonomia dos seus fins relativamente a uma esfera heterónoma. Por fim, o RBI representa, nas suas palavras, uma inversão do raciocínio produtivista, ainda patente no modelo de RSG. Desta forma, “ao invés de limitar os nossos objetivos a medidas provisórias realizáveis com meios prontamente disponíveis, comecemos por definir o objectivo final a atingir e determinar que mudanças são necessárias para o alcançar”<sup>100</sup>. Após décadas de ausência, o conceito de reforma-revolucionária ressurge na sua obra, determinando a principal tarefa da ação política: o estabelecimento de “objetivos estratégicos intermédios, a perseguição dos quais atende a urgência das necessidades do presente enquanto, ao mesmo tempo, prefigura a sociedade alternativa que pede para nascer”<sup>101</sup>.

A definição do RBI como uma reforma-revolucionária explica as diferenças entre a sua conceção e a perfilhada pelo *pós-operaismo* italiano. Este último, ao contemplar no RBI uma espécie de remuneração social por um tipo de produção invisível, reconhece “ao capital o direito a exigir que o desenvolvimento das capacidades humanas se realize, desde o início, com vista ao benefício que as empresas poderão dele retirar [...] sob o seu controlo”<sup>102</sup>. Na análise da filósofa Françoise Gollain, próxima

100 Gorz, *Reclaiming Work*, 71.

101 Gorz, *Reclaiming Work*, 8.

102 Gorz, *L'immatériel*, 30, 31.

de André Gorz, esta versão do RBI visa, essencialmente, “estabilizar e consolidar o regime do capitalismo cognitivo”<sup>103</sup>.

A versão do RBI assumida por Gorz pretende, pelo contrário, contribuir para uma saída do capitalismo, entendida esta no “sentido bíblico do Exodus, que inventa as suas terras «prometidas» à medida que avança”<sup>104</sup>. Esta tem como base o potencial de negatividade inerente ao próprio capitalismo cognitivo, incapaz de exercer o pleno controlo sobre os saberes e qualidades do qual depende. A sua incessante criação e recriação acaba por “exceder a sua execução limitada a uma tarefa determinada”<sup>105</sup>, excesso esse direcionado a projetos autónomos, estranhos a uma lógica económica, encabeçados pelo que Gorz designa de *dissidentes do capitalismo digital*. Reunindo programadores informáticos ou outro tipo de profissionais qualificados, este sujeito social recusa uma vida abnegada ao trabalho, sob ameaça de *burnout* a partir dos 35 anos de idade, optando antes pela sua dedicação a um “esboço de uma economia anarco-comunista da dádiva”<sup>106</sup>, uma expressão originalmente cunhada por Richard Barbrook<sup>107</sup>. As comunidades virtuais de *hackers* e/ou o movimento de software livre são mencionados enquanto exemplos de uma riqueza produzida com base “numa ética de cooperação voluntária, na qual cada um se compara aos outros pela qualidade e pelo valor de uso da sua contribuição para o «pote comum», coordenando-se entre eles”<sup>108</sup>. Estes princípios eram igualmente partilhadas por uma diversidade de grupos que, à altura, se coordenavam em redes horizontais na luta por *um outro mundo possível*.

103 Gollain, “L’apport d’André Gorz au débat sur le capitalisme cognitif”, 554. Tais críticas, segundo Carlo Vercellone, acabam por estabelecer uma divisão férrea entre luta económica e política, quando o objetivo é a sua indissociabilidade. A título de exemplo, e recuando à década de 1970, a conceção do salário como variável independente traduzia uma “aspiração política a um outro modo de produção e de distribuição, permitindo ultrapassar a divisão capitalista do trabalho” e não uma sua norma reprodutora e normalizadora. Carlo Vercellone, “Capitalisme cognitif et Revenu Social Garanti comme revenu primaire», em *Le moment Gorz*, 288.

104 Gorz, *Reclaiming Work*, 79.

105 Gorz, *L’immatériel*, 23.

106 André Gorz, “A pessoa transforma-se numa empresa. Notas sobre trabalho da autoprodução”, *Manifesto: «A minha política é o trabalho»* 4 (2003 [2001]): 75.

107 Cientista social britânico, autor de várias obras sobre *media* digitais e políticas colaborativas, e militante/consultor do Partido Trabalhista.

108 Gorz, *L’immatériel*, 95.

O RBI aponta, precisamente, para o investimento destas atividades, as quais, inclusive, poderão contribuir para que o trabalho possa vir a constituir, literalmente, uma ocupação como outra qualquer. O seu fim, em última análise, é

uma sociedade em que a necessidade de trabalhar não é experimentada *enquanto tal*, uma vez que cada pessoa, desde a infância, encontrar-se-á envolvida, e sentir-se-á atraída, por uma proliferação geral de atividades artísticas, desportivas, tecnocientíficas, artesanais, políticas, filosóficas, ecosóficadas, relacionais e cooperativas à sua volta<sup>109</sup>.

O RBI, ao mesmo tempo, não reproduziria o atual padrão monetário, sendo distribuído no âmbito de sistemas locais de troca e/ou de círculos cooperativos. Neste sentido, como acrescentaria mais tarde, “não considero que o rendimento de subsistência possa ser introduzido de forma gradual e pacífica através de reformas descendentes do topo para baixo”, dado que a sua própria ideia assinala “uma rutura revolucionária”<sup>110</sup>.

Subjacente a estas possibilidades subjaz tanto um pessimismo relativamente à evolução do sistema capitalista em direção à sua própria extinção, em parte fruto da influência de autores como Moishe Postone ou Robert Kurz<sup>111</sup>, como a perpetuação de um *otimismo tecnológico*<sup>112</sup>. Além de classificar as novas tecnologias digitais como *abertas e convi-*

109 Gorz, *Reclaiming Work*, 79.

110 Gorz, *Ecologica*, 174.

111 Principais figuras, a par de Jean-Marie Vincent e de Anselm Jappe, da corrente da *Nova Crítica do Valor*. A sua análise do capitalismo e do domínio da lei de valor, enquanto forma de riqueza gerada por trabalho abstrato, alarga-se às mais variadas dimensões sociais, intocadas por um marxismo ortodoxo, incluindo a própria conceção de sujeito, trabalho, dinheiro ou Estado.

112 Nas últimas páginas da obra *L'immatériel*, Gorz não deixa de expor algumas preocupações relativamente aos efeitos da evolução tecnológica. A ordenação racional do mundo, de forma a torná-lo o menos incerto possível e, concomitantemente, a alcançar a máxima das eficácias, poderá assim implicar o *upgrade* das espécies: à semente tradicional dará lugar a semente geneticamente modificada; à obsolescência do humano no seu estágio atual deverá dar lugar o *pós-humano*, dotado das capacidades necessárias para cumprir tal meta.

*viais*, pela inscrição da comunicação, da cooperação e da interação em rede na sua base de funcionamento, o autor evoca os benefícios produtivos de um *artesanato de alta tecnologia*, fabricado em oficinas ou pequenos espaços, “com um nível de produtividade superior à indústria e com o mínimo consumo de recursos naturais”<sup>113</sup>.

Todo este cenário, como o próprio reconhece, corresponde “como é óbvio, a uma utopia. Mas é uma utopia concreta”<sup>114</sup>, inspirada por projetos e experiências reais, como as realizadas em países como o Brasil ou a Argentina<sup>115</sup>. Embora não possam ser mimetizadas a uma larga escala, permanecem como uma “peça essencial de experimentação social”<sup>116</sup>, a partir da qual um mundo radicalmente diferente poderá ser imaginado de forma mais sustentada.

## Conclusão

No conjunto da obra editada por André Gorz ao longo de várias décadas, os termos da relação entre trabalho, sujeito social e estratégia política sofreram um desenvolvimento coerente com a própria evolução do sistema económico-produtivo. Em meados da década de 1960, a lógica de acumulação fundada no compromisso fordista entre trabalho e capital parecia demonstrar crescentes dificuldades na contenção de um novo tipo de exigências qualitativas, relativas não só a aspetos materiais, mas à organização e ao próprio sentido do trabalho. Perante este salto reivindicativo, a resposta política, segundo o teórico, dependia da inter-relação entre *reforma* e *revolução*: por um lado, que previsse a aplicação de uma série de medidas concretas ao nível da empresa e da sociedade; por outro, que não se reduzisse ao *que é possível*, mas *sim* ao *que se deve tornar possível* através de uma ação a partir de baixo que

113 Gorz, *Ecologica*, 129.

114 Gorz, *Ecologica*, 131.

115 Referência às oficinas de reciclagem de material informático organizadas nalgumas favelas de São Paulo e ao movimento de assembleias de vizinhos na Argentina no contexto da crise económica de 2001. Ver Françoise Gollain, “André Gorz, pela incondicionalidade da renda”, *Cadernos CRH* 81 (2017): 504.

116 Gorz, *Ecologica*, 132.

procurasse uma conquista cumulativa de poderes. A dúplice natureza deste programa deveria, concomitantemente, ser conduzida por uma dupla organização sindical e partidária. Apesar de rejeitar qualquer pretensão de controlo, a estratégia delineada por Gorz acaba assim por compor uma “hibridização algo contraditória da teoria leninista com a teoria conselhistas (na tradição de Pannekoek, Mattick, etc.)”<sup>117</sup>.

A articulação entre *reforma* e *revolução* não constitui, propriamente, uma novidade. Mesmo a incompatibilização dos termos sugerida por Rosa Luxemburgo supunha “um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim”<sup>118</sup>. A originalidade da proposta elaborada por André Gorz reside, em primeiro lugar, na imaginação de uma possibilidade revolucionária no “mundo desenvolvido”, num contexto em que, à esquerda, tais esperanças eram depositadas nos exércitos populares de territórios africanos, latino-americanos e asiáticos. Em segundo lugar, o autor identifica um novo tipo de sujeito operário que, como foi mencionado, reconhece um diferente tipo de escassez que caracteriza a sua condição social e, nesse sentido, acrescenta critérios qualitativos ao seu projeto de libertação. Este, porém, continua a localizar-se essencialmente num terreno produtivo.

A crise do movimento operário e sindical verificada em finais da década de 1970 conduziria a que Gorz viesse a despedir-se do mesmo. O *adeus ao proletariado* não é realizado, contudo, à custa da ambição dos objetivos políticos, mas sim da sua reconceptualização. A falência do teologismo histórico marxista é, na sua visão, confirmada pela emergência de um novo sujeito social, uma *não classe* que recusa o trabalho como fonte quer de identificação social, quer de emancipação política. Tal não significa que, segundo Gorz, este deixe de exercer um papel determinante na sua própria subalternização, processo esse assegura-

117 Nuno Machado, “À espera de Godot? – Emancipação e sujeito revolucionário na obra de André Gorz”, em *Emancipação – o futuro de uma ideia política*, ed. André Barata, Renato Carmo, Catarina Oliveira e Catarina Sales (Lisboa: Documenta, 2018), 69. Igualmente designada comunismo de conselhos, esta corrente defendia que o processo revolucionário deveria partir das lutas e ocupações de base a diversos níveis (fábrica, bairro ou unidade militar) e não de uma política dirigida a partir de cima por um partido político ou outro tipo de organização de vanguarda.

118 Rosa Luxemburgo, *Reforma ou revolução* (Lisboa: Público, 2022 [1899]), 29.



do pela incessante mutação das tecnologias produtivas. Assim, a uma *esfera heterónoma* eminentemente laboral, especificamente dedicada à satisfação das necessidades, corresponderia um tempo de vida maioritariamente preenchido por uma *esfera autónoma*, na qual predominam os mais diversos tipos de atividades, expressão de valores estéticos, éticos ou políticos, e não de troca.

A preponderância de atividades livres e autónomas sobre a lógica da produção pela produção é reforçada pela identificação de vários sinais que, a seu ver, apontavam para uma excessiva exploração de recursos naturais como forma de atenuação de uma crise estrutural. Um dos seus principais legados teóricos consiste, precisamente, numa reflexão crítica em torno de uma *ideologia produtivista*, consensual ao ponto de ser perfilhada por regimes políticos aparentemente adversos, na qual as questões do trabalho e da ecologia política são colocadas num mesmo plano. É neste âmbito que a sua proposta da atribuição de um rendimento garantido, independente do tempo de trabalho, deve ser interpretada.

A evolução desta proposta de um formato que prevê, forçosamente, a prestação de trabalho (ainda que num tempo diminuto) para um modelo baseado na sua incondicionalidade é sintomática do domínio, cada vez mais expressivo, de uma *esfera de autonomia* sobre uma *esfera de heteronomia*, ao ponto de a última acabar por ser totalmente absorvida. Poder-se-á então questionar até que ponto é que a categorização do RBI como uma *reforma-revolucionária* poderá fazer sentido, uma vez que na sua formulação original esta “não pode visar, na Europa de hoje, a instauração imediata do socialismo”<sup>119</sup>.

A perspetiva de um êxodo da sociedade do trabalho poderá, neste sentido, ser interpretada como reflexo do primado de um otimismo político sobre o rigor analítico. Neste sentido, e em jeito de conclusão, é importante mencionar algumas das principais críticas à sua obra. Em primeiro lugar, Gorz tende a subvalorizar o trabalho enquanto valor e fonte de identificação social e, correspondentemente, a sobrestimar a

119 Gorz, *Reforma e revolução*, 273.

revolta contra o trabalho por parte do *neoproletariado pós-industrial*<sup>120</sup>. Em segundo lugar, a sua abordagem das tecnologias microeletrónicas, parafraseando uma sua obra, indica *um caminho para o paraíso* com um entusiasmo e uma facilidade quase automática, em detrimento de um estudo aprofundado do seu emprego na dominação e controlo do trabalho<sup>121</sup>. A sua proposta de um RBI traduz, justamente, uma crença nos seus efeitos que, todavia, pouco se coadunam com a redução da produtividade do trabalho verificada ao longo das últimas décadas<sup>122</sup>. Neste quadro, de acordo com Aaron Benanav, a única forma de evitar o seu nivelamento por baixo, na esteira da sua versão neoliberal, passa pela “socialização progressiva dos meios de produção através de uma transferência planeada da propriedade de ativos para a sociedade em geral”<sup>123</sup>. Embora implícita, esta medida não surge assumida de forma taxativa na sua obra. Por fim, o espaço dedicado a uma reflexão aprofundada do papel exercido por partidos e sindicatos representa, pelo menos desde finais da década de 1970, uma “ausência flagrante”<sup>124</sup> que, todavia, não é preenchida por outro tipo de organizações.

Importa, contudo, reconhecer que a sua teoria não resulta de uma aspiração e/ou prática sociológica. Pelo contrário, como o próprio reivindica, a utopia é uma componente essencial do seu pensamento político, tendo como função “providenciar-nos uma distância do atual estado de coisas que nos permita julgar o que *estamos a fazer* à luz do que poderíamos e devíamos fazer”<sup>125</sup>. Se bem que a sua criação não se encontre divorciada da realidade – daí a expressão *utopia concreta* –, ela remete sempre para um horizonte imprevisível. Sob esta prisma, segundo Kathi Weeks, uma *reivindicação utópica*, como a do RBI,

120 Dominique Meda, “La réduction de l’emprise du travail et son partage constituent-elles encore un objectif réalisable?”, em *Le moment Gorz*, 205-206.

121 Luís Enrique Alonso, “André Gorz, entre la sociedad dual y la utopía tecnológica”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* 38 (1987): 249.

122 Aaron Benanav, *Automation and the Future of Work* (Londres: Verso, 2020).

123 Benanav, *Automation and the Future of Work*, 79.

124 Meda, “La réduction de l’emprise du travail”, 207.

125 Gorz, *Reclaiming Work*, 13.

corresponde tanto a uma *perspetiva* como uma *provocação*<sup>126</sup>: por um lado, denuncia a relação contraditória entre trabalho e rendimento e, por outro, coloca em causa a ideologia do produtivismo, convocando a possibilidade de uma vida não mais subordinada ao trabalho, “descerando novas perspetivas teóricas e terrenos de luta”<sup>127</sup>. Desta forma, a obra de André Gorz contribui para um regresso ao futuro, no qual a imaginação do fim do capitalismo não fique aquém de outras imagens do que está por vir.

126 Kathi Weeks, *The Problem with Work: Feminism, Marxism, Antiwork Politics and Post-work Imaginaries* (Londres: Duke University Press, 2011), 204.

127 Weeks, *The Problem with Work*, 221.

## BIBLIOGRAFIA

- Alonso, Luís Enrique. “André Gorz, entre la sociedad dual y la utopía tecnológica”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* 38 (1987): 241-250.
- Benanav, Aaron. *Automation and the Future of Work*. Londres: Verso, 2020.
- Bosquet, Michel. *Ecologia e política*. Lisboa: Editorial Notícias, 1976.
- Bosquet, Michel. *Écologie et liberté*. Paris: Éditions Galilée, 1977.
- Boutang, Yann Moulier. “André Gorz, pour mémoire”. *Revue Multitudes* 31 (2008): 151-161.
- Castel, Robert. “André Gorz et le travail: une interprétation critique”. Em *Le moment Gorz: André Gorz en personne/Sortir du capitalisme: Le scénario Gorz*, editado por Christophe Fourel e Alain Caillé, 185-197. Paris: Le Bord de l’eau, 2017.
- Gollain, Françoise. “André Gorz, un marxiste existencialiste”. *Revue du MAUSS* 34 (2009): 349-367.
- Gollain, Françoise. “L’apport d’André Gorz au débat sur le capitalisme cognitif”. *Revue du MAUSS* 35 (2010): 541-558.
- Gollain, Françoise. “André Gorz, pela incondicionalidade da renda”. *Cadernos CRH* 81 (2017): 497-505.
- Gorz, André. *Le Socialisme difficile*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- Gorz, André. *Reforma e revolução*. Lisboa: Edições 70, 1975 [1969].
- Gorz, André. “O despotismo de fábrica e o seu futuro”. Em *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*, editado por André Gorz, 87-97. Lisboa: Publicações Escorpião, 1976 [1973].
- Gorz, André. “Prefácio”. Em *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*, editado por André Gorz, 7-15. Lisboa: Publicações Escorpião, 1976 [1973].
- Gorz, André. *Adieux au prolétariat. Au-delà du socialisme*. Paris: Galilée, 1980.
- Gorz, André. *Paths to Paradise: On the Liberation from Work*. Londres: Pluto Press, 1985 [1983].
- Gorz, André. *Critique of Economic Reason*. Londres: Verso, 1989 [1988].
- Gorz, André. “Quem não vai ter trabalho, também terá o que comer”. *Estudos Avançados* 10 (1990 [1986]): 211-228.
- Gorz, André. *Reclaiming Work: Beyond the Wage-Based Society*. Cambridge: Polity Press, 1999 [1997].
- Gorz, André. “A pessoa transforma-se numa empresa. Notas sobre trabalho da autoprodução”. *Manifesto: “A minha política é o trabalho”* 4 (2003 [2001]): 70-75.
- Gorz, André. *L’immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003.
- Gorz, André. *Capitalism, Socialism, Ecology*. Londres: Verso, 2012.
- Gorz, André. *Ecologica*. Londres: Seagull, 2018.
- Gorz, André. *Carta a D*. Lisboa: Edições do Saguão, 2022.
- Lotta Contínua. *Luta contínua*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.
- Luxemburgo, Rosa. *Reforma ou revolução*. Lisboa: Público, 2022 [1899].
- Machado, Nuno. “À espera de Godot? – Emancipação e sujeito revolucionário na obra de André Gorz”. Em *Emancipação – O futuro de uma ideia política*, editado por André Barata, Renato Carmo, Catarina Oliveira e Catarina Sales, 67-87. Lisboa: Documenta, 2018.
- Mandel, Ernest. *Controlo operário (antologia)*. Lisboa: Compasso do Tempo, 1974.
- Meda, Dominique. “La réduction de l’emprise du travail et son partage constituent-elles encore un objectif réalisable?”. Em *Le moment Gorz: André Gorz en personne/*

*Sortir du capitalisme: le scénario Gorz*, editado por Christophe Fourel e Alain Caillé, 201-210. Paris: Le Bord de l'eau, 2017.

Traverso, Enzo. "A viragem melancólica: memória e utopia do século XXI". *Electra* 8 (2019): 67-78.

Vercellone, Carlo. "Capitalisme cognitif et revenu social garanti comme revenu primaire". Em *Le moment Gorz: André Gorz en personne/Sortir du capitalisme: le scénario Gorz*, editado por Christophe Fourel e Alain Caillé, 281-291. Paris: Le Bord de l'eau, 2017.

Weeks, Kathi. *The Problem with Work: Feminism, Marxism, Antiwork Politics and Postwork Imaginaires*. Londres: Duke University Press, 2011.

**Referência para citação:**

Matos, José Nuno. "Será isto uma utopia? Talvez seja um programa: trabalho, sujeito social e utopia no pensamento político de André Gorz". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 18 (2024): 135-170. <https://doi.org/10.48487/pdh.2024.n18.33591>.